



NOVEMBRO NEGRO



COM RACISMO NÃO HÁ DEMOCRACIA

PEC 23, dos precatórios, e o
orçamento secreto da união

Pág. 4 e 5

25 de novembro – combate à
violência contra as mulheres

Pág. 14

O mês de novembro nos convoca e reforça para que a luta antirracista esteja na centralidade da luta anticapitalista. O Estado burguês brasileiro segue, deliberadamente, avançando sobre as vidas de negros e negras nas periferias, por meio de chacinas como a de São Gonçalo e de um cotidiano de violências.

Os ataques aos serviços públicos, avançando na destruição da educação, da saúde e da assistência social pública, afetam diretamente aqueles(as) que mais precisam destes serviços. Não é diferente o aviltamento da vida do povo preto diante das altas taxas de desemprego, da precarização das relações trabalhistas e dos subempregos onde se encontram grande parte da população negra brasileira. Com destaque, as mulheres negras lutadoras antirracistas, das quais homenageamos alguns exemplos nessa edição do Informandes.

Neste contexto de violência racista histórica e estrutural, nós do ANDES-SN fomos tristemente surpreendidos com um ato de violência racista no aeroporto de Brasília no dia 19 de novembro, quando dávamos continuidade à luta contra a PEC 32 da contrarreforma administrativa. Duas diretoras do ANDES-SN, Zuleide Queiroz, 2ª vice-

presidenta, e Joselene Mota, 1ª vice-presidenta da Regional Norte II, e a banda afro Abará foram as vítimas da agressão racista, durante as falas ao microfone e a apresentação musical. Para além das ações judiciais cabíveis, reafirmamos nosso compromisso de luta contra esta sociabilidade opressora, na qual o racismo estrutura nossas relações e instituições. **RACISTAS, FASCISTAS NÃO PASSARÃO.**

Não arrefecemos a luta contra a PEC32 em Brasília e nos estados, mantendo permanente vigília e denúncia deste brutal ataque contra a classe trabalhadora, mas também, assumimos à luta contra a PEC 23, a PEC dos precatórios, mais conhecida como PEC do Calote, aprovada na Câmara dos Deputados e que agora tramita no Senado. A Proposta altera a regra do teto de gastos e também permite o parcelamento no pagamento de precatórios a partir de 2022. Estamos vigilantes e em luta contínua para que estas propostas de emendas constitucionais sejam derrotadas ainda neste ano.

Em nossas universidades, institutos federais e CEFETs, nos confrontamos com a realidade da imposição do retorno presencial sem as devidas condições sanitárias. Isso se deve, entre outros

fatores, aos cortes orçamentários para a Educação Pública que inviabilizam a continuidade do ensino, pesquisa e extensão em nossas instituições. Mais ainda, evidencia o autoritarismo e a falta de democracia interna, especialmente naquelas instituições que estão sob intervenção do Governo de Bolsonaro. Por isso, seguimos com nossa campanha nacional “Defender a Educação Pública é nossa escolha para o Brasil” e reforçamos que as seções sindicais exijam das instituições um Plano Sanitário e Educacional a partir do acúmulo da Categoria em nossos Conads de 2021.

Para além desta difícil conjuntura nacional, o ANDES-SN reafirma seu compromisso histórico de seguir representando a categoria docente das universidades federais, estaduais, municipais, institutos e CEFETs e tem participado, nos últimos meses, de debates, produções de materiais para subsidiar a decisão dos professores e professoras da APUFSC para estar na base deste grande instrumento de luta que é o ANDES-SN ou do Proifes.

Vamos continuar juntas, juntos e juntas, fortalecendo a unidade para a defesa da Educação Pública, da carreira, das condições de trabalho, em defesa das liberdades democráticas e dos serviços públicos!!!!



EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // Site: www.andes.org.br // E-mail: imprensa@andes.org.br

Diretora Responsável: Francieli Rebelatto

Edição: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Coordenação Editorial: Jamile Rodrigues MTb 0010916/DF

Coordenação de Pauta: Bruna Yunes DrT 9045/DF

Jornalistas: Bruna Yunes, Luciana Sendyk e Renata Maffezoli

Diagramação, arte final e finalização: Angel Holanda // Fotos: Imprensa ANDES-SN, Divulgação, Banco de Imagens

Docentes lutam por mais orçamento para a Educação pública

Retorno às atividades presenciais com segurança depende de mais recursos para as instituições



Com o avanço na imunização da população no Brasil, a comunidade acadêmica das universidades, institutos federais e cefets de todo o país preparam o retorno às aulas, pesquisa e extensão presenciais. A categoria docente já definiu, após debates no 11º Conad Extraordinário do ANDES-SN e reunião conjunta dos setores das Instituições Federais, Estaduais e Municipais de Ensino Superior (Ifes, Iees e Imes), um Plano Sanitário e Educacional para a volta segura.

No entanto, além da pressão de reitorias e governos, outro problema tem colocado em risco a possibilidade de retomada das atividades em segurança e com condições sanitárias adequadas. Além de não haver recursos para as mudanças necessárias, falta verba também para a manutenção e melhoria da infraestrutura existente, oferta adequada de assistência estudantil, restaurantes universitários, entre outros. O estrangulamento financeiro não é novidade, mas chegou a um patamar que coloca em risco a existência das instituições.

“Antes da pandemia, por exemplo, no 39º Congresso do ANDES-SN,

ocorrido entre 04 e 08 de fevereiro de 2020, na USP, cidade de São Paulo, já apontávamos que era urgente ‘lutar contra a redução do orçamento das IFES, os contingenciamentos e os cortes orçamentários e a defasagem dos recursos’, apontando que isso passava centralmente pela revogação da EC95/16. Com a pandemia da Covid-19, esse quadro se agravou”, conta Claudio Mendonça, 2º vice-presidente da Regional Nordeste 1 do ANDES-SN.

De acordo com levantamento do Inesc, o Ensino Superior, no orçamento federal, passou de uma dotação autorizada de R\$ 42,3 bilhões, em 2016, para R\$ 29,5 bilhões, em 2021, sendo que destes, R\$ 4,5 bilhões foram contingenciados, além de o montante autorizado ter sido menor, por ser alvo de vetos presidenciais.

“O governo Bolsonaro, que odeia a educação, o conhecimento e a ciência, realizou mais um impactante corte que afeta diretamente mais de 70 mil pesquisas, sendo que mais de 2 mil delas relacionadas à pandemia. Considerando a inflação, hoje temos uma redução que chega a quase 40% do orçamento, em comparação a 2010, por exemplo”, acrescenta o diretor do Sindicato Nacional.

Mendonça ressalta que não são apenas as instituições federais que sofrem com a falta de recursos. O quadro orçamentário é também profundamente problemático nas universidades estaduais e municipais. “As estaduais de São Paulo passam por constantes ataques do governo Dória (PSDB). E as estaduais da Bahia têm atravessado sucessivos cortes por parte do governador Rui Costa (PT)”, cita como exemplos.

Em defesa da Educação Pública

Em setembro, o Sindicato Nacional lançou a campanha “Defender a Educação Pública, essa é a nossa escolha para o Brasil”, aprovada nos 11º e 12º Conads Extraordinários, para ampliar a luta pela recomposição orçamentária. “A campanha, lançada agora no segundo semestre, tem conseguido avançar no diálogo com a sociedade, via ações nas redes, da importância das universidades públicas, dos institutos federais e dos Cefets”, destaca Mendonça, que também integra a coordenação do Grupo de Trabalho de Comunicação e Artes do ANDES-SN

Dando sequência às ações da campanha, entre os dias 6 e 10, ocorrerá a Semana Nacional em defesa da educação Pública e contra os cortes orçamentários. A atividade foi aprovada na última reunião conjunta dos setores das Ifes, Iees e Imes.

“Na programação teremos atividades culturais e políticas na rodoviária do Plano Piloto em Brasília (DF), homenagem a Paulo Freire, debate sobre educação indígena, quilombola e do campo, roda de conversa com sindicatos da educação, movimentos sociais e movimentos de juventude, exibição de filme na Ceilândia, dentre outras ações. No dia 9, pela manhã, teremos atividades nas seções sindicais, com transmissão ao vivo. E, lembrando, toda essa programação está casada com a luta contra a famigerada PEC/32. Esperamos que toda nossa base se envolva mais ainda nessa programação e na campanha em si”, conclama.

PEC 23 esconde esquema fraudulento que irá minguar Orçamento da União

No início de novembro, a Câmara dos Deputados aprovou, em dois turnos, a Proposta de Emenda à Constituição 23, conhecida como PEC dos Precatórios. O texto agora tramita no Senado, onde deve sofrer alterações. Caso isso ocorra, voltará para nova apreciação dos deputados e das deputadas.

A PEC 23 foi encaminhada ao Congresso Nacional em agosto desse ano, com o objetivo de alterar a regra do Teto de Gastos e também permitir o parcelamento no pagamento de precatórios, a partir de 2022. Com isso, o governo pretendia abrir espaço no Orçamento para garantir inclusive mais recursos para emendas de relator, o que ficou conhecido como “orçamento secreto”, devido à falta de transparência e paridade na distribuição dos recursos. Segundo cálculos do próprio governo, a PEC permitiria gastar R\$ 91 bilhões adicionais em 2022.

Ao chegar à Câmara, a proposta foi alterada para contemplar também o programa Auxílio Brasil, criado pelo governo federal para “substituir” o Bolsa Família. E, ainda, incluir os incisos 7º e 8º no parágrafo 167 da Constituição, autorizando a “securitização de créditos públicos”.

A proposta promove um calote em parcela da população, abre espaço para financiamento de um programa eleitoral, além de flexibilizar o teto de gastos para aumentar os recursos para parlamentares e para o fundo eleitoral.

O Tesouro Nacional alega que, sem as mudanças, os precatórios poderiam afetar o orçamento com despesas obrigatórias da União. Os argumentos usados pelo governo e sua base para defender a medida não se sustentam.

Maria Lúcia Fattorelli, da Auditoria Cidadã da Dívida (ACD), afirma que a União tem recursos, cerca de R\$ 5 trilhões, para cumprir com o pagamento dos precatórios e, ainda, manter o programa de auxílio social. Ela lembra, por exemplo, que o benefício, de acordo com o texto aprovado na Câmara, terá validade apenas até 2023 e os R\$ 400 prometidos só serão pagos para quem contemplar todos os critérios estabelecidos. Ou seja, boa parte da população beneficiária receberá valores menores.



Calote nos trabalhadores e trabalhadoras

A PEC 23 estabelece o parcelamento dos chamados precatórios, que são dívidas da União que já tiveram o pagamento determinado por decisões da Justiça e que não cabem mais recurso, portanto, precisam ser pagas. Ou seja, autoriza um calote em dívidas do governo.

Dentre aqueles e aquelas com direito a receber, estão trabalhadores e trabalhadoras que moveram ações contra a União, como revisões de aposentadorias e de salários.

A PEC estabelece, ainda, um teto para pagamento desses precatórios e parcelamento dos valores. Para calcular o novo limite de precatórios a pagar em cada ano deverá ser aplicado o IPCA

acumulado do ano anterior. Deste valor, serão descontadas as requisições de pequeno valor - até 60 salários mínimos, no caso da União. Ou seja, dívidas de até R\$ 66 mil serão pagas à vista. Acima desse montante, serão parceladas em até 10 anos, com alteração no cálculo de juros.

Os precatórios continuam a ser lançados por ordem de apresentação pela Justiça, e aqueles que não forem pagos em razão do limite terão prioridade nos anos seguintes. O credor ou credora de precatório não contemplado no orçamento poderá optar pelo recebimento em parcela única até o fim do ano seguinte se aceitar desconto de 40%, através de acordo em juízos de conciliação.

Esquema fraudulento

Mas, além de adiar e parcelar o pagamento de precatórios, o texto também muda o cálculo do Teto de Gastos e inclui na Constituição um mecanismo fraudulento conhecido como “securitização de créditos públicos”.

Na prática, esse mecanismo vincula os recursos de impostos pagos pela população a um esquema fraudulento de desvio de dinheiro público. A ACD vem denunciando há anos esse golpe, já praticado por estados como São Paulo, Minas Gerais e Piauí.

A securitização é a venda do fluxo da arrecadação tributária a um altíssimo custo de remuneração. O Estado assume todo o risco e, ainda por cima, oferece as garantias



Precatórios são dívidas da União com pessoas físicas, jurídicas, estados e municípios reconhecidas em decisões judiciais definitivas, ou seja, que não são mais passíveis de recursos e que devem obrigatoriamente ser pagas pelo governo.

mais robustas que podem existir: entrega, ao comprador dos recebíveis, o fluxo da arrecadação tributária, isto é, o dinheiro dos impostos pagos pela população.

“Trata-se de esquema altamente fraudulento e inconstitucional, pois vincula os impostos arrecadados do povo ao pagamento das debêntures emitidas, por fora dos controles orçamentários”, afirma Fattorelli. A auditora lembra que essa entrega do fluxo de arrecadação de impostos diretamente ao esquema de securitização esbarra na proibição de vinculação dos impostos pagos pela sociedade a algum fim específico, contida no Art. 167, IV, da Constituição Federal, por isso a mudança foi incluída, sorrateiramente, na PEC 23.

Segundo a coordenadora da Auditoria Cidadã, o esquema compromete o fluxo de arrecadação de forma definitiva, o que irá trazer graves consequências para a população e serviços públicos, pois irá diminuir os recursos da União destinados para áreas sociais, por exemplo.

“A securitização vai minguar inclusive esses recursos, porque os impostos que pagamos, que a União arrecada, não vão chegar para o orçamento público. Isso vai reforçar ainda mais o falso discurso de que a União não tem recursos”, explica.

Por isso, Maria Lúcia diz que a PEC 23 tem relação direta com a da contrarreforma Administrativa (PEC 32), pois seu verdadeiro objetivo é favorecer o setor financeiro através de um esquema securitização de créditos que diminuir ainda mais o dinheiro disponível para manutenção dos serviços públicos, reforçando o argumento usado para sustentar a necessidade de desmonte da estrutura atual do Estado e ataque ao funcionalismo público.

Não é novidade

A legalização do esquema fraudulento de securitização de créditos públicos já tramita no Congresso Nacional desde 2016, com o Projeto de Lei do Senado (PLS) 204/2016, de José Serra (PSDB/SP). A medida está parada na Câmara, agora como Projeto de Lei Complementar (PLP) 459/2017.

O PLP 459/17 permite à União, estados e municípios a ceder direitos sobre créditos arrecadados ao setor privado, ou seja, a chamada securitização de créditos.

Entenda como funciona

Alguns locais, como o estado de São Paulo e o município de Belo Horizonte, já vêm praticando a securitização de créditos públicos. Uma parte da arrecadação tributária é destinada a

bancos privilegiados, antes mesmo de chegar aos cofres públicos. Esses recursos são desviados para uma conta vinculada e não chegarão ao orçamento público.

Para operar este esquema, o ente federado (União, estado ou município) cria uma empresa estatal do tipo Sociedade de Propósito Específico, como a PBH Ativos S/A e CPSEC S/A. O principal negócio dessa empresa é a emissão de papéis financeiros (debêntures), que são vendidos a bancos privilegiados. Estes, por meio de uma conta vinculada, se apropriam de uma parcela do fluxo de créditos.

A empresa estatal criada não está sujeita ao controle e fiscalização do Estado, contudo, o ente federado ainda é o garantidor do crédito. No caso da BH Ativos S/A, os juros pagos por esses papéis chegaram a alcançar 23% ao ano, em 2015.

Este esquema financeiro é semelhante ao que atuou na Europa, quebrou a Grécia e comprometeu toda a economia do continente. “Essa PEC precisa ser barrada, pois onde esse esquema já foi implantado tem provocado graves prejuízos financeiros, devido ao desvio de recursos e elevadíssimos custos da operação, tornando o orçamento público ainda mais reduzido”, explica Fattorelli. “E se passar, será muito difícil de reverter depois que estiver consolidado”, alerta.

CONTRATAÇÃO DISFARÇADA DE DÍVIDA PÚBLICA



ANDES-SN disputa com sindicato de oposição o retorno da Apufsc à sua base



Diretores e diretoras do ANDES-SN têm participado, nos últimos meses, de uma série de debates, através de transmissões ao vivo, vídeos e artigos para apresentar aos e às docentes do Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina (Apufsc – Sindical) a estrutura, funcionamento e a história de lutas e conquistas do ANDES-SN.

A Apufsc-Sindical representa as e os docentes das universidades Federais de Santa Catarina (Ufsc) e da Fronteira Sul (Uffs) e iniciou, em 2019, um processo de debates sobre a filiação à uma entidade nacional, resultado de deliberação da categoria, que entendeu a importância em unificar as lutas e reivindicações com o conjunto das e dos docentes em nível nacional. Em decorrência da pandemia da Covid-19, o processo teve que ser interrompido e, em setembro deste ano, ocorreu o primeiro debate, por meio de live, sobre a atuação sindical do ANDES-SN e do Proifes Federação, no atual contexto político. Foram abordadas também as ações e formas de luta dos sindicatos nacionais diante dos ataques às universidades e à Educação Pública.

Amauri Fragozo, 1º tesoureiro do ANDES-SN, representou a entidade e fez um breve histórico da luta sindical no Brasil e a contextualização da atuação do ANDES-SN nas últimas quatro décadas, assim como do posicionamento político, estatutário e organizacional da entidade, fundada

em 1981 como Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (a ANDES). Em 1988, após a promulgação da atual Constituição Federal, a associação passou a ser Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. “O ANDES-SN rompeu com a estrutura sindical implantada no Brasil na década de 30 e se consolidou pela organização de base. É um sindicato nacional, com 40 anos de existência, e com seções sindicais nos locais de trabalho e autônomo em relação a partidos políticos e governos”, defendeu.

O segundo debate teve como pauta a estrutura e organização sindical do ANDES-SN e do Proifes e contou com a participação da Regina de Ávila, secretária-geral do Sindicato Nacional. A diretora explicou sobre a concepção sindical do ANDES-SN, que possui 83 professores e professoras em sua diretoria nacional e secretarias regionais, e que dispõe de diversos mecanismos de participação e instâncias de deliberação.

“Em todas as instâncias deliberativas quem decide as questões mais importantes do sindicato são as delegadas e os delegados eleitos pela base em suas assembleias, que levam às instâncias deliberativas. O Congresso como instância máxima de deliberação e ocorre ordinariamente uma vez por ano. Além disso, o ANDES-SN tem o Conselho Nacional de Administração (CONAD), reunião dos setores, Grupos de Trabalho, Comissão Nacional de

Mobilização, entre outros”, disse. “A concepção sindical do ANDES-SN é por um sindicalismo de base, rompendo com a estrutura sindical, que atrelava o sindicato ao Estado, que combate o imposto sindical, tanto que as contribuições ao ANDES-SN são voluntárias”, completou.

Já no terceiro debate sobre as implicações dos modelos sindicais com a organização da Apufsc, Jennifer Webb, 3ª tesoureira do Sindicato Nacional, informou que umas das adaptações que a Apufsc precisaria fazer ao escolher ser seção sindical do ANDES-SN seria a de seguir o estatuto, que organiza e normatiza a entidade nacional.

A diretora explicou também que não haveria nenhuma alteração no que diz respeito à autonomia financeira e administrativa da Apufsc como, por exemplo, em relação aos seus patrimônios. Seria repassada ao ANDES-SN apenas a contribuição ao caixa nacional.

“Convidamos a Apufsc a fortalecer as lutas com as 127 seções sindicais do ANDES-SN por todo o país e fazer do Sindicato Nacional ainda maior e legalmente representativo para a categoria docente. A Apufsc é uma grande entidade, com mais de 3mil filiados e filiadas, e reforçamos o quanto é fundamental a filiação para contribuir ainda para a discussão histórica que o ANDES-SN defende que é o da carreira única de professor federal, entre outras lutas”, afirmou Jennifer.



Vídeos e boletins

Além das *lives*, seis vídeos foram solicitados pela Apufsc, ao ANDES-SN e Proifes, acerca do posicionamento das entidades sobre os seguintes temas: implicações da filiação; reforma Administrativa; financiamento da universidade; pautas atuais do sindicato e formas de luta; e questões jurídicas da filiação nacional.

No primeiro material, Rivânia Moura, presidenta do ANDES-SN, falou da trajetória dos 40 anos de luta do ANDES-SN em defesa da educação pública, das condições de trabalho e de melhores salários. Ela explicou que a entidade é um sindicato nacional, mas que se organiza por sua base. Na prática, as decisões da categoria são deliberadas nas assembleias de base de cada seção sindical e, depois, encaminhadas para as deliberações nacionais por meio dos congressos e conads.

O segundo vídeo, Francieli Rebelatto, 2ª secretária do Sindicato Nacional, contou que, para além da luta histórica em defesa da educação pública, o ANDES-SN também participou dos esforços em defesa dos direitos da classe trabalhadora, contra a fome, o desemprego e a destruição dos serviços públicos. Ela ressaltou a luta contra a intervenção nas universidades, institutos e Cefet, os cortes orçamentários e a imposição do retorno presencial às aulas nas instituições.

Já no terceiro vídeo, sobre a reforma Administrativa, Zuleide Queiroz, 2ª vice-presidenta do Sindicato Nacional, falou da disputa incessante realizada por docentes, em unidade com diversas categorias do funcionalismo público, contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/20, que acabará com os concursos públicos, com

o direito ao serviço público de qualidade, abrirá a possibilidade de o presidente acabar com cargos, extinguir instituições e indicar nomes sem passar por concurso.

No quarto vídeo, sobre o financiamento da universidade, Milton Pinheiro, 1º vice-presidente do ANDES-SN, explicou que o Sindicato Nacional defende um orçamento de 12% para educação pública e 1,2% para a pesquisa em todo o país. A verba viria dos tributos que o Estado arrecada.

No vídeo seguinte, pautas atuais e formas de luta, Rosineide de Freitas, 2ª vice-presidenta da Regional do Rio de Janeiro do ANDES-SN, reforçou a luta incessante das e dos docentes contra a PEC 32, contra o corte de bolsas estudantis, contra o retorno presencial sem planejamento, e em defesa de um financiamento público para a Educação e Ciência, além do combate ao racismo e à violência contra as mulheres.

Por último, sobre as questões jurídicas da filiação nacional, Gustavo Seferian, encarregado de Assuntos Jurídicos do ANDES-SN, apresentou três aspectos jurídicos sobre a filiação da Apufsc ao ANDES-SN. O primeiro é que a vinculação ao Sindicato Nacional não trará a dissolução da Apufsc, o segundo é que as autonomias administrativa e financeira estarão garantidas, e, por último, o patrimônio da Apufsc será mantido, caso a entidade se filie ao ANDES-SN.

A Apufsc cedeu ainda espaço em boletins especiais para que, tanto o ANDES-SN quanto Proifes, se manifestassem sobre a organização sindical no movimento docente e contribuição financeira; reforma Administrativa, financiamento da universidade e formas de luta; pautas atuais do sindicato e formas de luta; e questões jurídicas da filiação nacional.

Apufsc

A Apufsc – Sindical foi fundada, como associação, no dia 24 de junho de 1975, em plena ditadura militar-empresarial. Em 1981, a entidade participou da criação da Andes, cujo primeiro presidente foi o professor Osvaldo de Oliveira Maciel, então presidente da Apufsc.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o direito à organização sindical foi estendido aos servidores públicos e a Andes passou a ser Sindicato Nacional. As associações docentes existentes em cada universidade tornaram-se seções sindicais. Em 2002, professores e professoras deliberaram pela desfiliação ao Sindicato Nacional. A decisão final ocorreu em 2009. Agora, as sindicalizadas e os sindicalizados decidem pelo retorno, ou não, à base do ANDES-SN.

Acesse aqui o site para acompanhar os materiais produzidos pelas entidades

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code e seja direcionado/a para o site:



NOVEMBRO MARCA A LUTA DO POVO NEGRO E O COMBATE AO RACISMO

Docentes fazem mobilização e sofrem ataque em Brasília



Às vésperas do Dia da Consciência Negra, comemorado no dia 20 de novembro, um homem branco, ainda não identificado, jogou lixo em pessoas que protestavam no aeroporto de Brasília (DF) contra as políticas do governo de Jair Bolsonaro. Duas diretoras do ANDES-SN, Zuleide Queiroz, 2ª vice-presidenta, e Joselene Mota, 1ª vice-presidenta da Regional Norte II, e os integrantes da banda afro Abará foram as vítimas da agressão racista, no momento em que ocorriam falas ao microfone alternadas com a apresentação musical.

De acordo com Rosineide de Freitas, da coordenação do Grupo de Trabalho de Políticas de Classe para as Questões Etnorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS) do ANDES-SN, o ataque serviu para evidenciar o que é a lógica bolsonarista, que possui uma origem escravocrata colonial, que diferencia as pessoas por raça e subjugam as da raça negra e, também, os povos originários, além de reproduzir o racismo, a misoginia e a LGBTQIA+fobia.

“Nós assistimos uma cena brutal e violenta de um homem branco, - com estereótipos de heteronormatividade e de que seguia a lógica bolsonarista -, jogar lixo em pessoas que personificavam a população preta, pela fala, pelo discurso, pela cultura e pela música. Essa ação ganhou em sua magnitude de violência, o apoio, a hombridade e a generosidade de diversos setores, como sindicatos, seções sindicais, organizações

e, no dia seguinte, fomos à delegacia do DF e abrimos uma queixa caracterizando o ato cometido como racismo”, explicou.

Para a diretora do ANDES-SN, esse foi mais um episódio cotidiano que demonstra o que é o racismo estrutural no país e a necessidade de radicalizar a luta ao seu enfrentamento. “Quanto mais aprofundarmos nas raízes das desigualdades estruturantes, e uma delas é a racial, mais enfrentaremos esses episódios de violência extrema. É importante que a gente construa estratégias de enfrentamento, pense na segurança, acolhida e proteção de corpos pretos quando estão em atos de rua”, disse.

Rosineide de Freitas contou que o episódio vivido no dia 16 de novembro, reforçou para as e os docentes do ANDES-SN a certeza de que as lutas não podem cessar. Em 20 de novembro, Dia da Consciência Negra [veja box], foram realizados atos em diversas cidades do país para lembrar a data histórica de resistência da população negra na defesa da igualdade racial, da vida, da democracia e do emprego, contra a carestia e a fome e pelo Fora Bolsonaro racista.

O ANDES-SN convocou e participou dos atos organizados pela Convergência Negra e pela Coalizão Negra por Direitos. Diferente dos anos anteriores, o 22 de novembro que marca o Dia Nacional de Luta contra o racismo nas Instituições de Ensino Superior foi unificado com o dia 20 de novembro.

“A construção do dia 20 de novembro foi central nessa articulação, especialmente com o movimento negro, para entender que o Fora

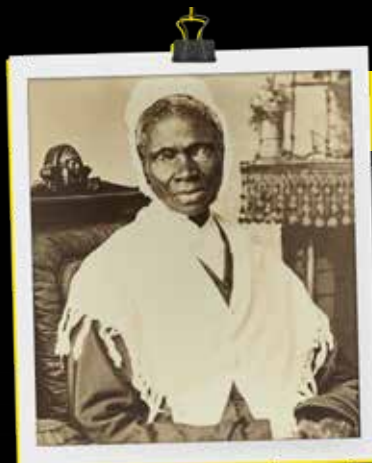
Bolsonaro é central. Esse governo genocida representa o processo de radicalização do genocídio da população negra, especialmente pelo não combate a pandemia, pela volta do Brasil ao mapa da fome, e pelo aumento das mortes da população negra, com a execução de crianças negras, de jovens negros, aumento da precariedade dos lares chefiados pelas mulheres negras que estão em extrema vulnerabilidade alimentar e social. O genocídio é mais flagrante, mais perverso e cruel no seio da população negra que é maioria da população brasileira, especialmente, na classe trabalhadora, que possui negros e negras em sua nos postos de trabalho mais precarizados, com perdas salariais e de empregos, impactadas pela pandemia da covid-19”, explicou.

A diretora do Sindicato Nacional contou que, ao longo do mês de novembro, diversas manifestações e atividades estão sendo desenvolvidas nas seções sindicais, por meio de *lives* e conteúdos para as redes sociais com o intuito de refletir qual o lugar das questões raciais na luta da classe trabalhadora e a centralidade do combate ao racismo dentro das instituições. Além de chamar a atenção para a necessidade de ampliar a luta antirracista e o combate às desigualdades sociais marcadas pelo racismo. “Esse mês de novembro caracterizou um avanço na construção e unidade pelo Fora Bolsonaro, o que significa o dia 20 de novembro, para além dos movimentos negros, e o que significa o mês de novembro no âmbito das instituições e o Sindicato Nacional”, afirmou.

Mulheres negras

O ANDES-SN, a partir das ações do GTPCEGDS, veiculou no mês de novembro, em suas redes sociais, a história de mulheres negras que lutaram pela igualdade de gênero, pelo fim da escravidão no país e por equidade racial. Rosineide Freitas explica que o objetivo foi publicizar para a base do Sindicato Nacional a importância dessas personalidades na construção da história do país. “Revisitamos a história brasileira e quais personagens que fizeram a diferença e trouxemos à tona as mulheres negras invisibilizadas, que foram escravizadas ou não, e que construíram pequenas revoluções na história das suas vidas e do país”, disse.

NOVEMBRO
NEGRO



SOJOURNER TRUTH

Uma das maiores vozes do feminismo negro no mundo. Possui um legado de militante abolicionista e pioneira na luta pelos direitos civis dos negros e negras nos EUA. Nascida em 1797, Truth fugiu da escravidão e se tornou, 30 anos depois, uma figura poderosa nos movimentos progressistas que remodelaram a sociedade americana. É responsável por trazer o arcabouço teórico formal da interseccionalidade, por articular classe e raça durante a campanha pelos direitos das mulheres nos EUA. O memorável discurso “Não sou eu uma mulher?”, de Sojourner Truth, feito na Convenção das Mulheres em Ohio (EUA) em 1851, ecoa até os dias atuais.

AQUALTUNE

Princesa africana, filha de um rei do Congo, Aqualtune liderou, no final do século XVII, um grupo de cerca de 10 mil homens e mulheres contra os invasores da sua nação, um grupo de mercenários. Foi presa, levada para um mercado de escravos e, de lá, foi enviada ao Brasil. Foi vendida como escrava reprodutora e seguiu grávida para uma fazenda na região de Porto Calvo. Nessa época, ouviu os primeiros relatos sobre um reduto de africanas e africanos livres e decidiu comandar uma fuga para o quilombo. Entre os filhos de Aqualtune estão os guerreiros Gamba Zumba, Gana Zona e Sabina, mãe de Zumbi dos Palmares. A líder quilombola e avó de Zumbi desapareceu dos registros históricos em 21 de setembro de 1677, quando sua cidadela foi atacada. Não se sabe quando exatamente ela morreu.



DANDARA



Guerreira Negra de Quilombo dos Palmares localizado na Serra da Barriga, Dandara resistiu e lutou contra a escravatura, através de embates e estratégias para a resistência e libertação do povo negro escravizado. Dandara dominava técnicas da capoeira e lutou ao lado de homens e mulheres contra os diversos ataques à Palmares. Foi companheira de Zumbi dos Palmares, com quem teve três filhos e lutou pelo fim da escravidão no Brasil. Com a invasão holandesa, os ataques ao território quilombola aumentaram e Dandara foi presa. Morreu em 6 de fevereiro de 1694, ao se jogar de uma pedra para não ser escravizada por homens brancos escravocratas. Para ela, foi preferível a morte à voltar para a senzala.

LUÍSA MAHIN

Guerreira negra africana da Nação Nagô – Jeje e símbolo de combate à sociedade escravista, comprou sua alforria em 1812. Luísa foi uma das líderes e articuladoras dos levantes e revoltas na província da Bahia, organizadas por pessoas escravizadas no Brasil, como a Revolta dos Malês em 1835 e a Sabinada em 1837. Quituteira de profissão, de seu tabuleiro eram distribuídas as mensagens em árabe, através dos meninos que pretensamente com ela adquiriam quitutes. Luísa Mahin foi perseguida, detida e deportada para algum país da África. Não existe, entretanto, nenhum documento que comprove essa informação. Alguns autores acreditam que ela tenha conseguido fugir para o Maranhão, onde, com sua influência, tenha originado o Tambor de Crioula. Ela teve um filho, o poeta e abolicionista Luís Gama.





TEREZA DE BENGUELA

“Rainha Tereza”, como ficou conhecida, viveu no século XVIII no Vale do Guaporé, no Mato Grosso. Liderou o Quilombo de Quariterê após a morte de seu companheiro, José Piolho, assassinado por soldados. O quilombo abrigava mais de 100 pessoas, com aproximadamente 79 negros e 30 indígenas. Resistiu da década de 1730 ao final do século. Sua liderança se destacou com a criação de uma espécie de Parlamento e de um sistema de Defesa. No lugar era cultivado o algodão, que servia para a produção de tecidos, milho, feijão, mandioca, banana, entre outros. Não há registros de sua morte. Uma das versões é que teria sido morta após ser capturada por soldados em 1770. O dia 25 de julho é, oficialmente no Brasil, o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra.

ANTONIETA DE BARROS

Antonieta de Barros teve um papel fundamental na história brasileira. Nascida em 1901, foi a primeira mulher negra eleita deputada estadual do país e a primeira deputada mulher do estado de Santa Catarina. Jornalista, educadora e ativista, Antonieta criou o Curso Particular Antonieta de Barros, com o objetivo de alfabetizar a população carente. Uma das suas bandeiras foi a concessão de bolsas de estudo nas universidades para alunos carentes. Participou ainda como constituinte do estado em 1935, relatando os capítulos sobre educação, cultura e funcionalismo da Carta. É conhecida por lutar pelos seus ideais em um contexto onde as mulheres não tinham direito de opinar. Antonieta de Barros morreu no dia 18 de março de 1952, aos 50 anos de idade.



LÉLIA GONZALEZ



Nasceu em Minas Gerais, na cidade de Belo Horizonte, no dia 1º de fevereiro de 1935, era filha de Oxum. Filha de um ferroviário negro e de uma empregada doméstica indígena, Lélia foi professora, pesquisadora, antropóloga e ativista política. É considerada uma das principais vozes da militância com enfoque na mulher negra do Brasil. Foi a criadora da concepção de amefricanidade para falar da origem do povo brasileiro. Entre os anos 1970 e 1980, trouxe para debate questões sobre psicanálise, marxismo, juventude negra, cultura negra e, principalmente, feminismo negro, que hoje não saem dos livros e, até mesmo, das redes sociais. Escreveu “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (1984), denunciando a estratégia do projeto de sociedade brasileira em colocar mulheres negras, como mulatas, domésticas e mães pretas.



MARIA BEATRIZ NASCIMENTO

Nasceu em Aracaju (SE), em 12 de julho de 1942. Migrou com a sua família para a cidade do Rio de Janeiro. Após uma trajetória com muitas dificuldades, formou-se em História pela UFRJ. Pesquisadora e ativista trabalhou como professora na rede estadual de ensino do Rio de Janeiro. Em 1974 esteve à frente da criação do Grupo de Trabalho André Rebouças, abordando a discussão da temática racial na academia e na educação em geral. Em 1977, participou como conferencista na Quinzena do Negro, na USP, evento que se configurou como importante encontro de pesquisadores negros e negras. Em 1981, com a pesquisa “Sistemas alternativos organizados pelos negros: dos quilombos às favelas”, concluiu a pós-graduação lato sensu na UFF. Seu trabalho mais conhecido e de maior circulação foi o documentário Ori (1989), de sua autoria, e também produziu artigos sobre o conceito de quilombo na História, raça, racismo e sexismo.

MARIA FELIPA

Descendente de africanos sudaneses, Maria Felipa fez história por sua grande coragem nos combates travados contra os portugueses. Teria participado da luta da Independência da Bahia, entre 1822 e 1823. Escravizada liberta, Maria morava na Ilha de Itaparica (BA) com mulheres e homens libertos. Viviam de catar mariscos, da pesca e do preparo de pães e quitutes para vender em feiras locais e lojas próximas. Contra os portugueses, que queriam ocupar pontos estratégicos da ilha, Maria Felipa liderou um grupo de 200 pessoas, entre mulheres negras e indígenas, que usaram facões, peixeiras, pedaços de pau e galhos com espinhos como armas contras as tropas lusitanas. O grupo chegou a queimar cerca de 40 embarcações portuguesas que estavam próximas à Ilha.



MARIELLE FRANCO



Marielle Francisco da Silva nasceu em 1979 e era conhecida publicamente como Marielle Franco. Formada em Sociologia (PUC-Rio) e com Mestrado em Administração Pública (UFF), Marielle foi uma política brasileira. Negra, mulher, mãe, feminista, pobre, criada na favela e LGBTQIA+, Marielle representou uma série de minorias ao longo da sua vida política. Foi eleita vereadora da Câmara do Rio de Janeiro e, também, presidenta da Comissão da Mulher da Câmara. No dia 14 de março de 2018 foi assassinada em um atentado contra o carro em que estava junto com o seu motorista, Anderson Gomes. 13 tiros atingiram o veículo. Quem mandou matar Marielle mal podia imaginar que ela era semente, e que milhões de Marielles em todo mundo se levantariam no dia seguinte.

O 20 de novembro foi instituído como Dia da Consciência Negra pela Lei nº 12.519, de 2011. A data faz referência ao assassinato de Zumbi dos Palmares, em 1695, líder do Quilombo dos Palmares, e é uma referência da luta do povo negro no Brasil. Zumbi, ao lado de sua companheira Dandara, foi símbolo da resistência de negros e negras contra a escravidão no Brasil. Embora a escravatura tenha sido abolida no país em 1888, as pessoas negras continuam sofrendo com o racismo estrutural, expresso na desigualdade de acesso à educação e à saúde de qualidade, aos demais direitos e a empregos com salários decentes e iguais aos pagos às pessoas brancas, por exemplo, além da violência concreta e simbólica do racismo, vivenciada diariamente por mulheres negras e homens negros.

25 de novembro: Dia Internacional de Combate à Violência Contra as Mulheres



Foto: SHUTTERSTOCK

O 25 de novembro marca o Dia Internacional de Combate à Violência Cometida Contra as Mulheres. A data denuncia a violência contra as mulheres no mundo todo e exige políticas em todos os países para sua erradicação.

No Brasil, os números da violência contra as mulheres são alarmantes. Uma em cada quatro brasileiras acima de 16 anos sofreu algum tipo de violência durante a pandemia de Covid-19, o que representa cerca de 17 milhões de mulheres que sofreram violência física, psicológica ou sexual entre maio de 2020 a maio de 2021. Os dados são da pesquisa “Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil” e foram coletados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e Instituto Datafolha em 130 municípios brasileiros.

Os resultados apontaram também que 13 milhões de mulheres (18,6%) foram vítimas de insulto, humilhação ou xingamento; 4,3 milhões (6,3%) foram agredidas com tapas, empurrões e chutes; 3,7 milhões (5,4%) escutaram ofensas sexuais ou sofreram tentativa forçada de manter relação sexual. 2,1 milhões (3,1%) foram ameaçadas com faca ou arma de fogo; e 1,6 milhão (2,4%) foram vítimas de espancamento ou tentativa de estrangulamento.

Insegurança no lar

Outro estudo publicado pelo Atlas da Violência 2021, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo FBSP, mostrou que 3.737 mulheres foram vítimas de homicídio no Brasil, em 2019. Dessas, 1.246 mulheres foram assassinadas em suas próprias casas, o que representa 33,3% do total das mortes violentas.

25 de novembro

A data homenageia as irmãs Mirabal (Pátria, Minerva e Maria Teresa), conhecidas como *Las Mariposas*, que, por sua resistência à ditadura de Rafael Leónidas Trujillo, na República Dominicana, foram torturadas e assassinadas em 25 de novembro de 1960. No Primeiro Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho de 1981, realizado em Bogotá (Colômbia), a data do brutal assassinato das irmãs foi proposto como dia Latino-Americano e Caribenho de luta contra a violência à mulher. Em 17 de dezembro de 1999, a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou 25 de novembro como o Dia Internacional da Eliminação da Violência contra a Mulher.

Enquanto o assassinato de mulheres nas residências cresceu 10,6%, nos últimos 11 anos, os crimes fora das residências apresentaram redução de 20,6% no mesmo período, indicando um provável crescimento da violência doméstica, segundo a pesquisa.

A subnotificação também é um grande entrave para conseguir um panorama mais fidedigno dos crimes cometidos contra as mulheres no país. Apesar da redução em 17,3% nos números absolutos dos assassinatos de mulheres referentes a 2019 e 2018, 3.737 e 4.519, respectivamente, segundo as pesquisadoras e os pesquisadores, houve um crescimento expressivo dos registros de Mortes Violentas por Causa Indeterminada (MVCI), especificamente para o caso de homicídios femininos.

Em 2019, foram 3.756 mulheres mortas de forma violenta, mas sem indicação da causa – se homicídio, acidente ou suicídio –, um aumento de 21,6% em relação a 2018. Apesar do feminicídio - homicídio doloso, cuja motivação está relacionada aos contextos de violência doméstica ou ao desprezo pelo sexo feminino -, existir na legislação brasileira, esta categoria não consta dos atestados de óbito produzidos pelo sistema de saúde, uma vez que a

tipificação legal é de responsabilidade das instituições do sistema de justiça criminal.

Para a Teresa Esmeraldo, coordenadora do Núcleo de Acolhimento Humanizado às Mulheres Vítimas de Violência (NAH), da Universidade Estadual do Ceará (Uece), a questão da subnotificação dos homicídios precisa ser interpretada a partir da compreensão ampliada do conceito de feminicídio.

“O feminicídio é um crime de ódio ao feminino, por conseguinte, é um dos efeitos fatais da misoginia como estrutura simbólica arcaica que atravessa as relações sociais em nosso país, dada à força da tradição judaico-cristã, imposta desde o processo de colonização. Essa tradição não se baseia apenas na supremacia do homem branco e heterossexual, mas também no ódio às mulheres, presente em uma série de mitos, imagens e representações sobre as mulheres como tentadoras, representantes do mal ou amigas do demônio, cujos corpos, sexualidades e desejos devem ser controlados pelos homens”, explica.

De acordo com a docente, as subnotificações em relação aos feminicídios têm uma relação tanto com uma incompreensão sobre o que os motiva, quanto com a reação conservadora e patriarcal que vivemos em nosso país, a qual se revela no desfinanciamento e, conseqüente, o desmonte da política nacional de proteção às mulheres. “[Isso] se agrava no atual governo, com a ministra evangélica Damares [atual ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos]. E isso impacta em todos os estados, pois sem investimento não há política pública”, completa.

Ambiente acadêmico

O machismo e, por consequência, a violência contra a mulher também estão intrínsecos no ambiente acadêmico, conforme apontou uma pesquisa de 2015, que analisou a violência contra a mulher no ambiente universitário. Realizada pelo Instituto Avon e pelo Data Popular, os números apontaram que 67% das mulheres que estudavam em cursos de graduação e pós-graduação já sofreram algum tipo de violência (sexual, psicológica, moral ou física) praticada por um homem no ambiente universitário.

Dessas, 56% já sofreram assédio sexual, 28% já sofreram violência sexual (estupro, tentativa de abuso enquanto sob efeito de álcool, ser tocada sem consentimento, ser forçada a beijar veterano), 42% já sentiram medo de sofrer violência no ambiente universitário e 36% já deixaram de fazer alguma atividade na universidade por medo de sofrer violência.

Já os homens, que também participaram da consulta, não percebem diversas práticas como violentas. Para 27% deles não é violência abusar de uma garota se ela estiver alcoolizada; 35% não reconhecem que existe violência no ato de coagir uma mulher a participar de atividades degradantes; 31% não veem problema em repassar fotos ou vídeos das colegas sem autorização.

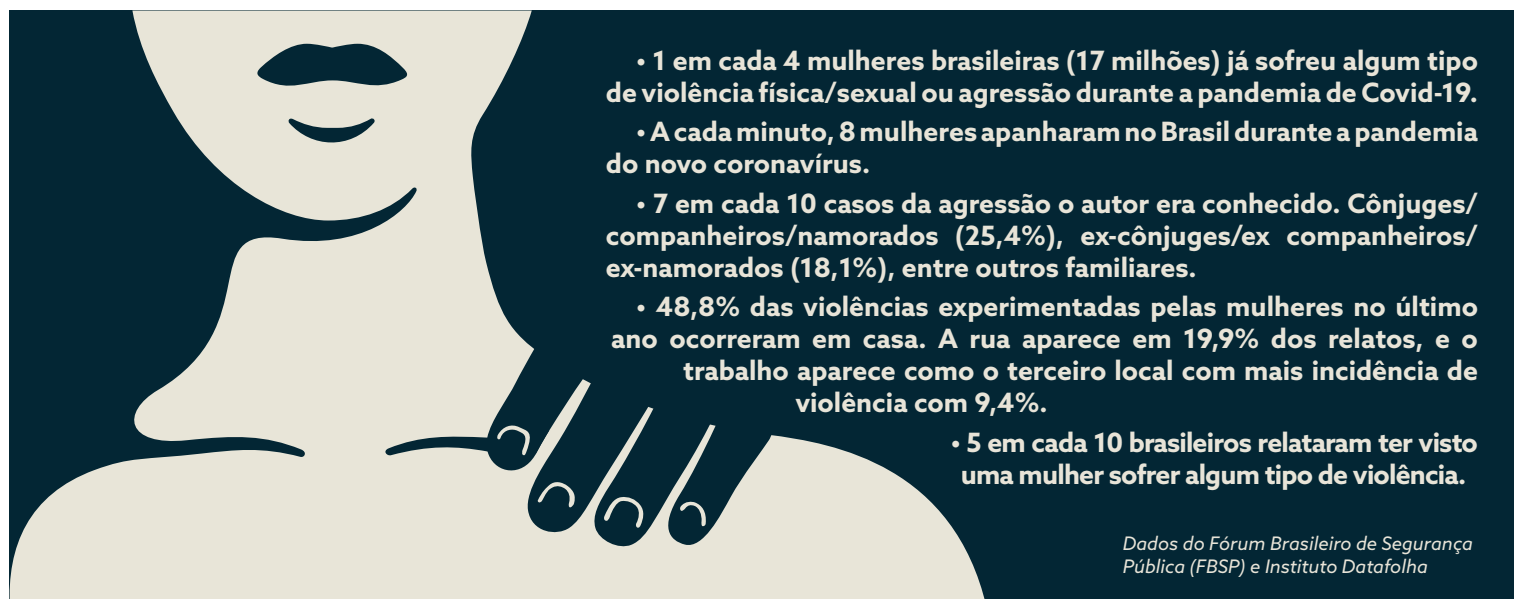
A coordenadora do NAH/Uece conta que em decorrência das violências de gênero cometidas contra mulheres no ambiente universitário e reivindicações das mulheres foi criado o Núcleo de Acolhimento Humanizado às Mulheres Vítimas de Violência, há quatro anos, como

um espaço de acolhimento, escuta e encaminhamento das denúncias dentro da Uece.

Michele Schultz Ramos, 1ª Secretária da Regional São Paulo do Sindicato Nacional e presidenta da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp- Seção Sindical do ANDES-SN), ressaltou a importância, além das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres, das organizações através dos movimentos, dos sindicatos, dos coletivos na mobilização e combate às opressão e violência de gênero.

“A questão de gênero tem sido cada vez mais aprofundada pelo Sindicato. É muito importante ter essa compreensão, porque se nós entendemos que o machismo, assim como o racismo, é estrutural, nós temos que combater a partir dessa lógica da luta de classes. Vejo também que há capilaridade nas seções sindicais que inclusive reproduziram o Grupo de Trabalho de Políticas de Classe para as Questões Etnicorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual do ANDES-SN e isso tem sido cada vez mais forte. Assim como a aprovação da paridade na constituição da diretoria nacional e algumas seções reproduziram, fazendo com que as pessoas tenham uma consciência coletiva construída”, disse.

Para Michele, é preciso aumentar a representatividade das mulheres em vários espaços de decisão, sejam eles institucionais, pelos movimentos, sindicatos, e numa perspectiva de fortalecimento dessas mulheres. “Somos potência e vamos combater e vencer toda essa opressão histórica que vivemos”, acrescenta.



- 1 em cada 4 mulheres brasileiras (17 milhões) já sofreu algum tipo de violência física/sexual ou agressão durante a pandemia de Covid-19.
- A cada minuto, 8 mulheres apanharam no Brasil durante a pandemia do novo coronavírus.
- 7 em cada 10 casos da agressão o autor era conhecido. Cônjuges/companheiros/namorados (25,4%), ex-cônjuges/ex companheiros/ex-namorados (18,1%), entre outros familiares.
- 48,8% das violências experimentadas pelas mulheres no último ano ocorreram em casa. A rua aparece em 19,9% dos relatos, e o trabalho aparece como o terceiro local com mais incidência de violência com 9,4%.
- 5 em cada 10 brasileiros relataram ter visto uma mulher sofrer algum tipo de violência.

Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e Instituto Datafolha

MARIGHELLA: 52 anos depois, opressão e censura

Filme que retrata a resistência à ditadura se torna emblemática no conteúdo e na forma de lançamento



Foto: DIVULGAÇÃO: FILME MARIGHELLA

Entre todos os assuntos capazes de despertar falsas polêmicas, poucos são tão presentes quanto o direito à liberdade de expressão. Confundido voluntária ou involuntariamente com um espaço para disseminar racismo, proferir frases violentas e ostentar símbolos fascistas, quando atinge manifestações artísticas se torna, subitamente, o status de proteção a valores tradicionais, preservação da família e dos cidadãos de bem.

Foi o que se viu recentemente em uma obra cinematográfica baseada em um livro surgido, por sua vez, a partir de pesquisa histórica de fatos reais. O líder retratado na biografia escrita pelo jornalista Mário Magalhães, *Marighella: O Guerrilheiro Que Incendiou O Mundo*, chega ao grande público brasileiro interpretado por Seu Jorge justamente no Novembro Negro. Ainda, estreou no país em um dia 4 de novembro, aniversário da morte do cofundador da Ação Libertadora Nacional (ALN) e um dos principais organizadores da luta armada contra a ditadura militar brasileira.

A escolha do ator que viveria o protagonista, que teve sua identidade de homem negro questionada ao longo do tempo e na ocasião em que foi divulgada a escolha de Seu Jorge, no lugar do convidado inicial, o igualmente músico negro Mano Brown, provocou forte debate. Entretanto, a mãe de Marighella nasceu em 1888, mesmo ano em que, no último país ocidental a

abolir a escravidão - o Brasil -, foi assinada a Lei Áurea. Filha de escravizados africanos, teve com um descendente de italianos um filho negro que lutou pela reparação histórica, justiça social e direitos dos pobres e trabalhadores.

Antes que os próprios brasileiros pudessem assistir a esse resgate da memória nacional, o filme foi exibido em festivais internacionais em Berlim, Seattle, Hong Kong, Sydney, Santiago, Havana, Istambul, Atenas, Estocolmo e Cairo – no total, foram 30 exibições nos cinco continentes. Aqui, *Marighella* teve o lançamento impedido sucessivas vezes pela Agência Nacional de Cinema (Ancine), que alegava questões técnicas ou burocráticas inexistentes.

Após 20 anos de sua fundação, nos quais fomentou o cinema nacional e apoiou os produtores de audiovisual, a Ancine sofreu, durante o governo Bolsonaro, a mesma política de desmonte que atingiu outros órgãos de serviços públicos e regulatórios. Embora se passe entre 1964 e o ano do assassinato de Carlos Marighella, em uma emboscada organizada por agentes do DOPS em 1969, o filme encontrou uma censura típica do período da ditadura militar retratado no roteiro da obra. Foram dois anos de “impedimentos” que culminaram, entretanto, em uma bilheteria estrondosa. Em menos de um mês de exibição, mais de 250 mil pessoas assistiram *Marighella*, que logo se tornou o filme mais visto do Brasil em 2021.

A arrecadação da bilheteria ultrapassou os R\$ 5 milhões, mas o formato escolhido pelo diretor Wagner Moura para apresentar o longa metragem ao público brasileiro extrapola, em importância, esse valor. Francieli Rebelatto, diretora da Encarregatura de Imprensa e Divulgação do ANDES-SN, destaca o fato do lançamento ter acontecido em exibições públicas e gratuitas. “O caminho de lançar o filme junto aos movimentos sociais, como MST e MTST, nos acampamentos, nos locais de moradia, foi muito coerente com a história política do *Marighella* e também com a necessidade de levar o filme para além das salas de cinema, que podem ser excludentes e inacessíveis para muitas pessoas”, destaca.

“Democratizar o acesso ao cinema é uma questão nacional, uma vez que, em geral, a exibição fica muito restrita aos circuitos comerciais ou circuitos de festivais, não chegando ao povo de forma mais ampla”, ressalta a 2ª Secretária do Sindicato Nacional, que é professora da Universidade Federal de Integração Latino-Americana (Unila), em Foz de Iguaçu (RS) e doutoranda em Cinema e Audiovisual. Ela chama a atenção para a ironia de, passados exatos 52 anos da morte de Marighella, vivermos novamente a censura que enfrentamos no passado. “É a repetição de um fato histórico, ocorrido no momento da ditadura empresarial militar - aquela que o herói do filme combateu com a própria vida. Observar hoje essa mesma situação sinaliza os limites e contradições da democracia que temos atualmente”, finaliza.